

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Fux como relator assombra governo

É grande a preocupação entre aliados do governo com a escolha, por sorteio, do ministro Luiz Fux para substituir Alexandre de Moares como relator do mandado de segurança que busca obrigar o Senado a divulgar informações de entrada e saída de pessoas na Casa, incluindo a advogada Viviane Barci de Moraes e o banqueiro Daniel Vorcaro.

A preocupação não é motivada apenas pelo caso do Banco Master. O escritório Baci de Moraes, da esposa do ministro, teve um contrato e R\$ 131 milhões assinado com a instituição. Desde que o contrato foi descoberto, ela e seu marido entraram na alça de mira do então relator do caso Master, o ministro André Mendonça.

Mas o governo está preocupado porque a solicitação de informações também envolve os registros de entrada e saída no senado do filho do presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT), Fábio Luís Lula da Silva, e de José Ferreira da Silva (Frei Chico), irmão do presidente, além de Antônio Carlos Camilo Antunes, que é conhecido como “Careca do INSS”.

O processo foi aberto a pedido de Guilherme Kilter, vereador do partido Novo de Curitiba e candidato a deputado federal. Ele cobrou os registros de entrada e saída daquelas pessoas no Senado, mas o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), negou.

O governo considera que Fux se tornou aliado dos bolsonaristas e adversário de Alexandre de Moraes, desde que voltou atrás na

condenação dos invasores dos prédios da Praça dos Três Poderes no 8 de janeiro de 2023. O ministro foi sorteado para a relatoria porque Moraes, apontado no primeiro sorteio, se declarou impedido.

Na sessão do último dia 15 do STF, Fux derrotou Moraes na questão de ordem em que a Corte decidiu não juntar os procedimentos de Moraes e André Mendonça envolvendo as acusações de um contra o outro em torno da apuração do caso Master. Fux também bateu boca na sessão com os aliados de Moraes – os ministros Gilmar Mendes e Flávio Dino – quando ambos tentaram apontar seu suposto envolvimento com Daniel Vorcaro.

Na verdade, Mensagens do celular de Vorcaro apreendidas pela Polícia Federal revelam contatos do ex-banqueiro com o advogado Rodrigo Fux, que é filho do ministro. O jornal Folha de S.Paulo divulgou nesta terça-feira, 22, outras Mensagens de Vorcaro. Mostram que ele usou duas empresas para custear, em maio de 2024, uma viagem de Luiz Fux a Nova York e um almoço em homenagem ao ministro. Fux diz que nunca trocou mensagens com ex-banqueiro e que a Forbes Brasil fez o convite e custeou despesas da viagem.

Mas ele tem se mostrado muito irritado com os aadversários dentro do Tribunal e com o governo nos últimos tempos. É isso que preocupa o Palácio do Planalto. Se Fux quiser, ele pode, com a nova relatoria, voltar a colocar Lulinha e o caso do INSS no noticiário, como ocorreu na fase inicial da relatoria do ministro André Mendonça.

Às vésperas da eleição, será mais um desgaste para o presidente Lula, apesar de nada de efetivo ter sido descoberto contra seu filho.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

A lavagem de togas e a Justiça

Ainda que vergonhosa e constrangedora, a lavagem pública de togas no Supremo Tribunal Federal serve, pelo menos, para que a sociedade discuta formas de acompanhar melhor o trabalho do mais peculiar dos poderes — o que manda prender e soltar.

Diferentemente do que ocorre no Executivo e no Legislativo, integrantes do Judiciário não passam pelo crivo popular, não são votados. Seus membros são, no caso da primeira instância, definidos por concurso público.

Por mais democráticos que sejam, concursos têm suas limitações, refletem, por exemplo, as muitas desigualdades sociais e raciais. Há também questões subjetivas — até que ponto um jovem, por mais brilhante que tenha sido na universidade e no processo seletivo, tem maturidade e vivência para julgar as infinitas razões e os intermináveis desvarios humanos?

As promoções para andares superiores são ainda mais complicadas. Passam, dependendo do tribunal, pelo crivo de governadores ou do presidente da República, mesmo no caso do preenchimento de vagas reservadas para advogados ou integrantes do Ministério Público.

Em tese, o aval do Executivo preserva alguma relação com a vontade popular, a escolha passa pelo governante eleito pelo voto direto. A nomeação de magistrados mais à direita ou à esquerda teria assim alguma relação com a vontade expressa nas urnas. Os indicados se-

riam também pessoas ilibadas, reconhecidas por seu conhecido jurídico.

Mas, com frequência, são utilizados critérios menos nobres. Como ocorre em qualquer outra organização humana, há a influência de questões imediatas, muitas vezes de interesse direto de governantes, estes também pressionados por organizações ativas na sociedade.

Por ser um poder não partidário, o Judiciário é menos sujeito aos conflitos tão comuns nos outros dois. Mas, a exemplo do que também ocorre com o Ministério Público, isso tende a gerar distorções, devido à falta de uma vigilância sistemática e rigorosa sobre as atividades de cada magistrado. Não é incomum que, a exemplo do que ocorre em outras carreiras, interesses corporativos se sobreponham a outros de caraterísticas mais amplas.

Não é simples desatar o nó, um eventual excesso de controle sobre magistrados teria, no limite, capacidade de limitar a independência de cada um deles. Mas a briga no STF e as suspeitas de corrupção mostram que a sociedade precisa repensar sua relação com o Judiciário.

Por uma dessas ironias que Dona História adora tecer, a confusão na suprema corte só ocorreu pelo seu excesso de politização e, mesmo, partidarização. A grosso modo, há uma batalha entre governistas e oposicionistas. A tensão eleitoral atíça os ânimos, nenhuma solução institucional pode ser pensada antes da definição das urnas. Mas a pancadaria entre suas excelências acabou com qualquer dúvida sobre a necessidade de criação de normas que tornem mais transparente o poder dos capas-pretas.

EDITORIAL

Rússia beira mais uma eleição unipartidária

A permanência de Vladimir Putin no poder já não depende apenas da vitória nas urnas. O mecanismo construído pelo Kremlin ao longo de mais de duas décadas transformou as eleições russas em uma peça de um sistema político no qual a alternância de poder se tornou cada vez mais difícil. As eleições parlamentares realizadas neste mês reforçam essa percepção: candidatos contrários à guerra e críticos do governo tiveram dificuldades ou foram impedidos de participar, enquanto o partido governista mantém amplo domínio político.

A principal manobra para prolongar o domínio de Putin ocorreu em 2020, quando uma reforma constitucional passou a permitir que ele disputasse mais dois mandatos de seis anos, potencialmente mantendo-o no Kremlin até 2036. A alteração criou uma exceção específica para os mandatos anteriores do atual presidente, permitindo que o limite constitucional fosse, na prática, reiniciado para ele.

O problema, portanto, não está apenas no resultado de cada eleição, mas nas condições em que ela acontece. Na eleição presidencial de 2024, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) não foi autorizada a enviar sua missão de observação. A entidade havia alertado para a repressão a opositores e críticos do governo.

Uma democracia saudável pressupõe mais do que urnas abertas. Exige concorrência real entre projetos políticos, liberdade para organizar campanhas, imprensa capaz de fiscalizar o poder, observadores independentes e possibilidade concreta de alternância. Quando esses elementos são enfraquecidos, a eleição corre o risco de deixar de ser instrumento de escolha para transformar-se em instrumento de confirmação.

O caso russo mostra como instituições democráticas podem ser modificadas gradualmente para preservar um projeto de poder. Putin não precisa abolir formalmente as eleições para permanecer no comando. Basta controlar as condições que determinam quem pode disputar, como a campanha se desenvolve e quais vozes conseguem chegar ao eleitor.

A questão que fica para a Rússia é justamente essa: até que ponto uma eleição continua sendo uma escolha popular quando a possibilidade de mudança é progressivamente limitada? A longevidade de Putin no poder pode ser explicada por sua capacidade política e pelo apoio de parte da sociedade, mas também por um sistema institucional cada vez menos aberto à competição. É essa combinação que transforma a sucessão presidencial russa em uma questão não apenas eleitoral, mas democrática.

OPINIÃO DO LEITOR

Estadista

O que o Brasil mais precisa ter neste momento: um estadista. Mas esse é, infelizmente, um atributo difícil de ser identificado entre os mais conhecidos políticos da atualidade.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Afonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal